

Previdência pública concentra renda

ESTUDO IPEA

O pagamento de aposentadorias a servidores públicos contribui para a concentração de renda no país. É o que conclui o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). De acordo com o instituto, quando se consideram somente os aposentados e pensionistas que recebem um salário mínimo, o índice de concentração de renda ficou na faixa de 0,1 ao longo dos últimos oito anos. Este índice considera a mesma metodologia do índice de Gini, usado para medir as desigualdades sociais, em que, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Incluindo-se todos os benefícios pagos, no entanto, o índice de desigualdade salta para 0,57. O Índice de Gini para todo o País é de 0,55. "Dois terços dos aposentados do Regime Geral (pelo INSS) são pessoas que recebem até um salário mínimo. Logo, quando incluímos todos os benefícios, esta-

mos trazendo principalmente aposentadoria dos servidores públicos. A massa de benefícios paga aos aposentados é muito grande, para um número muito menor de pessoas", diz o pesquisador Leonardo Rangel.

Segundo dados do Ministério da Previdência e do Tribunal de Contas da União, existem nove milhões de servidores no Brasil, nas esferas municipal, estadual e federal, que recebem R\$ 120 bilhões em benefícios previdenciários por ano. Já no INSS, há 19 bilhões de aposentados e pensionistas, que recebem R\$ 240 bilhões.

"O regime público é um sistema desigual e, à medida que o atual governo tem aumentado o Estado, criando mais vagas, vai contribuir ainda mais para aumentar as desigualdades no país", diz o professor do Ibmecc-Rio Ruy Quintans. "Quanto mais o governo se preocupar em reajustar esses benefícios, mais vai concentrar riqueza", diz o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.